



# CONGRESSO NACIONAL

## VETO N° 6, DE 2023

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que "Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol".

Mensagem nº 115 de 2023, na origem  
DOU de 03/04/2023

Recebido o veto no Senado Federal: 03/04/2023  
Sobrestando a pauta a partir de: 03/05/2023

### DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

**PUBLICAÇÃO:** DCN de 06/04/2023



[Página da matéria](#)

# DISPOSITIVO VETADO

- 06.23.001: § 2º do art. 1º

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3.796, de 2004, (Projeto de Lei nº 111, de 2005, no Senado Federal), que “Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo do Projeto de Lei:

**§ 2º do art. 1º do Projeto de Lei.**

“§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo o poder público, por meio de leis específicas para esta finalidade, reduzirá as alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar ou isentará os produtos desses tributos.”

**Razões do veto**

“A proposição legislativa institui que, para fins de implementação das medidas necessárias para facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão ao protetor, ao bloqueador ou ao filtro solar, o Poder Público, por meio de leis específicas para esta finalidade, reduziria as alíquotas dos referidos produtos ou isentaria os mesmos dos tributos sobre eles incidentes.

Entretanto, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que, ao estabelecer a redução das alíquotas ou a isenção de tributos sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar, essa previsão não atenderia aos requisitos dispostos no § 6º do art. 150 da Constituição, segundo o qual ‘qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição’. Além disso, o dispositivo não cumpriria o previsto no inciso VI do **caput** do art. 97, no inciso I do

**caput** do art. 175, e no art. 176 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar o dispositivo mencionado do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 31 de março de 2023.

*Luiz Inácio Lula da Silva*

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei da Câmara nº 111 de 2005\*  
(nº 3.796/2004, na Casa de origem)

Institui a Campanha Nacional de  
Prevenção da Exposição Indevida ao  
Sol.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Nacional de  
Prevenção da Exposição Indevida ao Sol, com os seguintes  
objetivos:

I - conscientizar o cidadão sobre os riscos e as  
consequências da exposição indevida ao sol;

II - implementar as medidas necessárias para  
facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão ao protetor, ao  
bloqueador ou ao filtro solar.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do *caput* deste  
artigo, o poder público veiculará, anualmente, nos meios de  
comunicação, campanha específica durante o período de férias  
escolares.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do *caput*  
deste artigo o poder público, por meio de leis específicas  
para esta finalidade, reduzirá as alíquotas dos tributos que  
incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar ou  
isentará os produtos desses tributos.

§ 3º O regulamento estabelecerá os requisitos e as  
condições para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º deste  
artigo.

\* O dispositivo vetado se encontra grifado

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.